

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 11 - Empresas, Empresarios, Modelos Productivos y Trabajo

Título: Governança Corporativa no Brasil: uma análise da relação entre acionistas, gerentes e trabalhadores.

Autora: Lívia de Cássia Godoi Moraes

Governança Corporativa no Brasil: uma análise da relação entre acionistas, gerentes e trabalhadores.

Em um contexto histórico em que a crise estrutural do capital acarretou em acumulação de capital predominantemente fictício, sob o tripé financeirização, neoliberalismo e reestruturação produtiva, a Governança Corporativa surge como mais uma das estratégias para maximizar o valor acionário. Conjuntamente com a gestão toyotista, uso intensivo de novas tecnologias de informação, fusões e aquisições, desregulamentação e flexibilização do uso e da legislação da força de trabalho, a Governança Corporativa aparece para mediar conflitos entre acionistas e gerentes e destes com os trabalhadores. Carrega um discurso de moralidade e ética que tem a função ideopolítica de amenizar a relação capital-trabalho. O objetivo deste trabalho é a analisar os alinhamentos e contradições nas relações entre acionistas, gerentes e trabalhadores com a adoção de práticas de Governança Corporativa nas empresas no Brasil.

Resumo expandido:

O objeto do estudo no presente artigo é a Governança Corporativa e o avanço de suas práticas em empresas localizadas no Brasil, como uma necessidade dada pela competitividade imposta pela globalização da economia. Ou, como preferimos, mundialização do capital (CHESNAIS, 1996).

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) vem encorajando os governos a desenvolverem modelos regulatórios para o fortalecimento das relações financeiras via ações. Para tanto, incentivam as práticas de Governança Corporativa. Pela definição da OCDE:

Governança Corporativa é um sistema de normas de estruturação da sociedade anônima ao aprimoramento das relações entre os diversos segmentos envolvidos na atividade empresarial, de forma a garantir-lhes tratamento equânime, informação plena, impondo aos controladores e aos administradores a responsabilidade pelos resultados, tanto em relação aos minoritários, quanto aos demais envolvidos direta ou indiretamente na dinâmica empresarial, inclusive à comunidade (GARCIA E SOUZA, 2005, p. 24).

A partir dos anos 1970, com a crise do Estado de Bem-Estar Social, a crise do taylorismo-fordismo, a crise do petróleo, como expressões de uma crise estrutural do capital, inicia-se um processo de privatizações de empresas e abertura de capitais. Nesse contexto destaca-se o papel dos fundos de pensão como aglutinadores de capitais e fortes agentes nos processos de privatização.

As “boas práticas de Governança Corporativa” acompanham o movimento de adoção de gestão toyotista sob o avanço do tripé reestruturação produtiva, financeirização e neoliberalismo.

A Governança Corporativa originou-se no final da década de 1980 nos países anglo-saxões, inicialmente nos Estados Unidos, como tendência decorrente da pressão dos fundos de pensão, tais como o *Calpers* e o *Fidelity*, que buscava mediar conflitos entre gestores e acionistas. Paralelamente, em 1992, foi editado o *Cadbury Report*, na Inglaterra, o primeiro de todos os “códigos de melhores práticas de governança corporativa” (ibidem, p. 10-1).

Em um momento de crise estrutural do capital, em que estava dificultada a produção de taxas de lucro nos patamares dos trinta anos gloriosos do pós-Segunda Guerra Mundial, o investimento financeiro tornou-se uma opção de retorno rápido e

eficiente. Entretanto, a autonomia do capital fictício em relação ao capital produtivo não é senão relativa. Dado que a origem do capital fictício é o capital de empréstimo, ou seja, o capital portador de juros, o alicerce deste juro é a mais-valia extraída da exploração da força de trabalho, ainda que a desregulamentação e a abertura de capitais em tempos neoliberais tenha projetado capital na forma fictícia sem lastro real.

Assim, a Governança Corporativa aparece para garantir os benefícios financeiros e políticos dos acionistas frente às vantagens pessoais dos gerentes, como ocorreu em fraudes na Enron e na Wordcom, nos Estados Unidos.

No Brasil, o ganho de importância da Governança Corporativa se expressa na criação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em 1995, e com a reforma da Lei das Sociedades Anônimas, em 2001. A princípio, os acionistas majoritários ficaram reticentes quanto a tais práticas, receosos de terem que abrir mão de seus privilégios, mas a competitividade global impôs a generalização de tais práticas (GRÜN, 2011).

Outro ratificador das “boas práticas de Governança Corporativa” no Brasil é a divisão das empresas que adentram a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em três níveis: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, sendo este último a grande inovação do mercado acionário brasileiro. Para adentrar o Novo Mercado, o capital social da empresa deve ser integralmente composto por ações ordinárias (com direito a voto). Além de distribuir igualmente os direitos entre os acionistas, a empresa deve alcançar alto grau de utilização das práticas de Governança Corporativa.

Também o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para fazer empréstimos a empresas, exige a adoção de práticas adequadas de Governança Corporativa

Logo, a adoção das boas práticas de Governança Corporativa pode contribuir para reduzir os conflitos entre os acionistas controladores e acionistas minoritários, bem como reduzir conflitos entre acionistas e gestores, atrair novos investidores e, ainda, reduzir os custos da captação do capital, ampliar os controles e melhorar a eficiência da gestão da empresa. Dessa forma, os investidores atribuem maior valor às empresas que adotam as boas práticas de governança (CALIL et al., 2010, p. 90).

O objetivo do artigo é caracterizar a expansão das práticas de Governança Corporativa nas empresas localizadas no Brasil, tanto como uma necessidade de adentrar o mercado globalizado e ser competitiva, quanto uma forma de intensificar o uso da força

de trabalho para fins de aumento de lucro, apontando para as contradições e alinhamentos em torno da relação entre acionistas, gerentes e trabalhadores.

Como dito, a captação de recursos via mercado de ações é menos onerosa que via financiamento bancário, assim muitas empresas aceitam os ditames do mercado financeiro para sustentarem a competitividade. Segundo Aguiar (2005, p. 29), 10% dos investimentos feitos por companhias de capital aberto no Brasil foram tomados no mercado acionário.

Contudo, pelo fato de a acumulação de capital fictício não ser senão relativamente autônoma com relação à acumulação real, há uma exigência de que os níveis de extração de mais-valia nas empresas sejam bastante altos. A prioridade é o acionista, não importam os impactos sobre os trabalhadores. Os gerentes, a partir da adoção de práticas de Governança Corporativa, se alinham aos objetivos dos acionistas.

É interessante notar que a ideia de Governança Corporativa vem acompanhada de um discurso de moralidade através das relações éticas dentro da empresa, que darão os mesmos direitos dos acionistas majoritários aos minoritários, que priorizarão a transparência e evitarão fraudes. Porém, como afirma Lordon (2000): a associação entre moral e rentabilidade é uma das ilusões mais frágeis que existe.

A exigência de rentabilidade para os acionistas existe independentemente dos custos e riscos sobre os assalariados, inclusive sob a possibilidade de redução da massa salarial, demissões, terceirizações e intensificação do uso da força de trabalho. A flexibilização salarial passa por cima da proteção jurídica. Outra estratégia de envolvimento dos trabalhadores é a *stock option*, que remunera os trabalhadores com ações, fazendo com que coloquem a valorização fictícia como meta, acima das suas condições de trabalho: a *stock option* individualiza, coloca os trabalhadores em concorrência e faz aceitar o risco do mercado.

Para explicitarmos tais relações, foram feitas pesquisas em livros, artigos, teses, dissertações, trabalho de conclusão de cursos que tratam do tema da Governança Corporativa, em específico, mas também de análise da (crítica da) economia política no momento histórico atual, de proeminência da acumulação fictícia de capital.

Bem como se fez necessário investigar documentos oficiais do IBGC, da BOVESPA, da OCDE, do Banco Mundial, do FMI e outros que tratam do tema da Governança Corporativa, seus modelos regulatórios e suas metas estabelecidas.

A partir dessas leituras e análises, a intenção do artigo é apresentar o patamar de inserção da adoção de práticas de Governança Corporativa no Brasil e expor as contradições em torno da “ligação estreita” entre Governança Corporativa e ética. Quais as potencialidades de conflitos e alinhamentos entre gerentes e acionistas? É ético rebaixar salários e flexibilizar as condições de trabalho em nome de vantagens financeiras para acionistas? A partir de exemplos e dados concretos, tais discussões estarão fundamentadas no artigo completo a ser apresentado no VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho – 2013.

AGUIAR, Carlos Guilherme de Paula. *Governança Corporativa e geração de valor aos acionistas*. Monografia do curso de Ciências Econômicas. IE/UFRJ, Rio de Janeiro, junho de 2005.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BM&F BOVESPA. *Novo Mercado*. Governança Corporativa. São Paulo, 2009.

CALIL, José Francisco et al. Governança corporativa: o que é, para que serve e sua importância para a empresa de origem familiar. In: SILVA FILHO, Cândido Ferreira; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; CALIL, José Francisco (Orgs.). *Ética, responsabilidade social e governança corporativa*. Campinas: Alínea, 2010.

CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de. et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

CVM. *Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa*. Junho de 2002.

DELOITTE. *Lei Sarbanes-Oxley*. Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos, 2003.

GARCIA E SOUZA, Thelma de Mesquita. *Governança corporativa e o conflito de interesses nas sociedades anônimas*. São Paulo: ATLAS, 2005.

GRÜN, Roberto. A evolução da governança corporativa no Brasil: inovações financeiras, convergência das elites e estabilização do sistema. In: JARDIM, Maria A. Chaves (Org.). *A natureza social das finanças: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites*. Bauru: EDUSC, 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGC. *Código das melhores práticas de Governança Corporativa*, 2009.

LORDON, Frédéric. *Fonds de pension, piège à cons?* Mirage de la démocratie actionnariale. Paris: Raisons D'agir, 2000.

MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. (Orgs.). *O Brasil sob a nova ordem*. A economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

_____. *O capital*. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O capital*. Crítica da Economia Política. Volume II. Livro Segundo. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

_____. *O capital*. Crítica da Economia Política. Volume III. Livro Terceiro. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *O capital*. Crítica da Economia Política. Volume III. Livro Terceiro. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984c.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIRANDA, Tatiana Conceição de. *Governança Corporativa numa perspectiva histórica: da firma gerencial às corporações financeiras*. Dissertação de mestrado do Instituto de Economia da UNICAMP. Mestre em Ciências Econômicas. Campinas, 2010.

OCDE. *Princípios de Governança Corporativa da OCDE*, 1998.

_____. *Relatório oficial sobre Governança Corporativa na América Latina*. 2003.

PAULANI, Leda. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

PLIHON, Dominique. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.